



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA**  
Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

**PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_/2026**

**Súmula:-** Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de **R\$ 137.765,62 (cento e trinta e sete mil e setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)**, conforme especifica.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:-**

**L E I:-**

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de **R\$ 137.765,62, (cento e trinta e sete mil e setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)**, para reforço de dotações do orçamento vigente (Lei Municipal nº 148/2026), como segue:-

<b>02 - Poder Executivo</b>	
<b>02.011 - Secretaria de Obras</b>	
<b>0015.0451.0011.2011 - Manutenção da Secretaria de Obras</b>	
<b>Fonte de Recursos: 0 - Recursos Ordinários (Livres)</b>	
344704200 - Auxílios	87.765,62
<b>02.001 - Gabinete do Prefeito</b>	
<b>0004.0122.0001.2001 - Cuidando das Pessoas e Construindo o Futuro</b>	
<b>Fonte de Recursos: 0 - Recursos Ordinários (Livres)</b>	
333903000 – Material de consumo	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>137.765,62</b>

**Art. 2º** Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão canceladas dotações de igual valor do Orçamento vigente, a saber:

<b>02 - Poder Executivo</b>	
<b>02.011 - Secretaria de Obras</b>	
<b>0015.0451.0011. 2114 - Manutenções, Revitalizações e Adaptações em Próprios Públicos</b>	
<b>Fonte de Recursos: 0 - Recursos Ordinários (Livres)</b>	
(203) 344905100 - Obras e instalações	87.765,62





<b>02.001 - Gabinete do Prefeito</b>	
<b>0004.0122.0001.2001 - Cuidando das Pessoas e Construindo o Futuro</b>	
<b>Fonte de Recursos: 0 - Recursos Ordinários (Livres)</b>	
(1) 331901100 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>137.765,62</b>

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

**Município de Apucarana, em 23 de janeiro de 2026.**

**RODOLFO MOTA**  
Prefeito Municipal

PL 015/2026 - PL-1427-23-01-2026 - - AUTORIA: Poder Executivo Municipal  
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM  <https://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade/pdf/23-01-2026-1524-03-003-03> ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 15/24/2026  
PARA CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 61f974b38b07087b0889d1d93798FE97D3





Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores;

1. Com os cumprimentos do Executivo Municipal aos Senhores representantes desta *Casa*, neste ato, por seu Prefeito subscrito, encaminha-se a Proposta de Projeto e Lei, para autorização de **Abertura de Crédito Especial** no orçamento vigente, pela razão que passa a expor.

2. “A presente solicitação decorre da necessidade de inclusão de nova natureza de despesa, a fim de cobrir o aporte financeiro do Município de Apucarana no valor de participação do Fundo de Arrendamento Residencial – (FAR), para construção do Loteamento Residencial Luiz Toschi, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), conforme contrato e aditivo firmados através da Caixa Econômica Federal, e autorizado conforme Lei Municipal nº 57/2025.”<sup>1</sup> Também insere-se na peça orçamentária inaugural, a natureza de despesa relacionada a material de consumo, cuja aplicação será para cobertura com gastos correntes na rotina operacional do setor.

4. Frisa-se que a Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para a abertura de créditos adicionais, conforme prevê Art. 165, §8º, da Constituição da República<sup>2</sup>. Neste sentido, o Executivo terá a iniciativa de propor Leis, fundamentado pelo Art. 42, da Lei 4.320/64, onde: “Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo”. *In casu*, sobre os créditos adicionais **especiais**, nos ensina o disposto no Art. 41, II, da mesma Lei que, “Os créditos adicionais classificam-se em: (...) II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;”

5. Ademais, Senhor Presidente, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, considerando ter a habitação primazia social, assevera-se pela diligência Administrativa na pauta orçamentária, sobretudo obedecidos os preceitos legais que subsidiam a estrutura orçamentária, vem, respeitosamente o Executivo, solicitar a recepção desta propositura e a respectiva **efetivação em LEI**.

**RODOLFO MOTA**  
 Prefeito Municipal  
 053.xxx.969-44  
 23/01/2026 15:24:46

Assinatura digital avançada.

<sup>1</sup> Ofício SEOB nº661/2025

<sup>2</sup> Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.



PL 015/2026  
AUTORIA: Poder Executivo Municipal

